



**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ILHÉUS – CESUPI
COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA**

AMANDA CRISTINA ROMÃO

**CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA PSICANÁLISE NA INTERVENÇÃO DE CASOS
COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOÊNCIA DOMÉSTICA**

ILHÉUS/BA

2024

AMANDA CRISTINA ROMÃO

**CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA PSICANÁLISE NA INTERVENÇÃO DE CASOS
COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
TCC II do Curso de Psicologia da Faculdade de
Ilhéus, como requisito de aprovação no curso de
Bacharelado em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Ferreira Chagas

ILHÉUS/BA

2024

**CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA PSICANÁLISE NA INTERVENÇÃO DE CASOS
COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

AMANDA CRISTINA ROMÃO

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Prof^ª. Dra. Luciana Ferreira Chagas)

Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Prof^ª. Me. Esp. Maria da Conceição Almeida Vita)

Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Prof^ª. Me. Indira Vita Pessoa)

ILHÉUS/BA

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir estar viva e por me conceder as forças necessárias para percorrer meu caminho.

Aos meus pais, meu eterno agradecimento. Obrigada pelo amor, incentivo e por sempre priorizarem a minha educação.

Ao meu irmão Gustavo, meu melhor amigo, mesmo distante, seu amor e apoio incondicional foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por sempre acreditar em mim.

Ao meu namorado, Paulo, agradeço pelo amor, carinho e paciência. Obrigada por me incentivar e não me deixar desistir dos meus sonhos e objetivos.

Às minhas queridas tias, Mônica e Mirian, que mesmo diante de uma situação difícil, não deixaram de me dar amor e apoio. Obrigada por sempre estarem presente.

Aos meus amigos, minha gratidão por estarem ao meu lado em cada etapa da minha vida.

À minha orientadora, Luciana, minha profunda gratidão por ter demonstrado entusiasmo desde o início com a nossa parceria. Agradeço pelo tempo, atenção e dedicação destinadas a mim e ao meu trabalho. Obrigada por me inspirar e me mostrar novos caminhos.

À professora Conceição Vita, meu sincero agradecimento pela parceria e por compartilhar seu conhecimento de forma tão única e inspiradora. Sua contribuição foi essencial para minha escolha pela abordagem psicanalítica.

À professora Indira Vita, agradeço por aceitar fazer parte da minha banca e por sua dedicação à arte de ensinar com tanta competência.

Ao professor Magno, por todas as horas dedicadas a sanar as nossas dúvidas e auxiliar na construção deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram durante a minha jornada acadêmica, minha eterna gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática da violência doméstica contra mulheres, um fenômeno complexo e de amplas repercussões. A incidência dessa violência, especialmente no contexto brasileiro, revela-se como uma realidade alarmante, evidenciando a necessidade de uma compreensão aprofundada dos impactos psicológicos. O objetivo geral consiste em compreender os efeitos da abordagem psicanalítica na intervenção de casos com mulheres em situação de violência doméstica, evidenciando como as dinâmicas do inconsciente podem auxiliar no processo terapêutico. A relevância do estudo é respaldada pela magnitude e complexidade das consequências da violência, necessitando de estratégias de intervenções eficazes. A fundamentação teórica baseia-se em autores sustentados pela teoria psicanalítica, que investigam os conceitos de repetição, responsabilização e mecanismos psíquicos fundamentais associados à violência. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, analisando fontes como livros e periódicos científicos. Essa pesquisa visa oferecer uma compreensão abrangente da violência doméstica, incluindo seus diferentes tipos, os impactos psicológicos causados e compreender como a psicanálise pode contribuir na promoção de autonomia e possível mudança de posição subjetiva, talvez favorecendo o rompimento do ciclo de violência. Salienta-se que essa pesquisa não apenas amplia o conhecimento teórico sobre o tema, mas também visa subsidiar práticas de intervenção psicológica mais eficazes, considerando aspectos inconscientes e contribuindo para o enfrentamento do ciclo de violência.

Palavras-chave: Estratégias interventivas. Psicanálise. Repetição. Retificação subjetiva.

ABSTRACT

The present research addresses the theme of domestic violence against women, a complex phenomenon with broad repercussions. The incidence of this violence, especially in the Brazilian context, turns out to be an alarming reality, highlighting the need for an in-depth understanding of its psychological impacts. The general objective is to understand the effects of the psychoanalytic approach in the intervention of cases with women in situations of domestic violence, demonstrating how unconscious dynamics can help in the therapeutic process. The relevance of the study is supported by the magnitude and complexity of the consequences of violence, requiring effective intervention strategies. The theoretical foundation is based on authors supported by psychoanalytic theory, who investigate the concepts of repetition, implication, and fundamental psychic mechanisms associated with violence. The work is a qualitative and exploratory literature review, analyzing sources such as books and scientific journals. This research aims to provide a comprehensive understanding of domestic violence, including its different types, the psychological impacts caused, and to understand how psychoanalysis can contribute to promote autonomy and a possibility of position change, perhaps supporting breaking the cycle of violence. It is emphasized that the research not only expands theoretical knowledge on the subject, but also aims to present more effective psychological intervention practices, considering unconscious aspects and contributing for breaking the cycle of violence.

Keywords: Intervention strategies. Pshychoanalysis. Repetition. Subjective rectification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2 A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS.....	9
2.1 Contextualização da violência e suas diversas faces	9
2.2 Impactos psicológicos da violência doméstica	13
3 REPETIÇÃO, IMPLICAÇÃO DO SUJEITO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	14
3.1 A compulsão à repetição e as escolhas amorosas	14
3.2 Responsabilização: um caminho para re(construir) uma nova história	17
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	19
4.1 A violência contra a mulher como problema social	19
4.2 Perspectivas psicanalíticas na intervenção com mulheres em situação de violência doméstica: uma análise das contribuições teóricas	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

O presente trabalho concentra-se nas contribuições teóricas da abordagem psicanalítica na intervenção clínica destinada a mulheres em situação de violência doméstica. O tema selecionado reflete a necessidade de abordar, de forma aprofundada, a escolha específica dos princípios psicanalíticos nesse contexto delicado.

A violência doméstica contra mulheres emerge como uma chaga social que transcende limites geográficos e apresenta-se como uma triste realidade, mesmo diante de alguns progressos nas políticas de enfrentamento à violência de gênero. Seus efeitos prejudiciais reverberam não apenas nas vítimas, mas permeiam toda a estrutura social. Nesse contexto, o problema de pesquisa emerge como uma indagação essencial: de que maneira a abordagem psicanalítica pode contribuir no processo terapêutico de mulheres em situação de violência doméstica? Esse questionamento não apenas sinaliza uma lacuna no conhecimento existente, mas também estabelece o ponto de partida para a exploração das potenciais contribuições da psicanálise nesse cenário complexo.

As hipóteses delineadas antecipam que a exploração das dinâmicas do inconsciente proporcionará momentos de reflexão profunda, possibilitando uma compreensão abrangente das experiências passadas e padrões repetitivos. Acredita-se que, através dessa abordagem, as mulheres poderão confrontar suas escolhas e se implicarem em suas histórias de vida, desempenhando um papel fundamental no processo de rompimento com a situação de violência. Esta pesquisa, portanto, busca estabelecer uma conexão significativa entre o tema apresentado, o problema de pesquisa e as hipóteses, visando contribuir para o avanço do conhecimento e das práticas no campo da intervenção psicanalítica em situações de violência doméstica.

O interesse por esta pesquisa foi intensificado durante o estágio no Centro de Referência de Atendimento à mulher, onde pude testemunhar a magnitude e as repercussões desse fenômeno que aflige tantas mulheres. Essa experiência não apenas despertou minha sensibilidade para a urgência dessa questão social, mas também gerou uma inquietação sobre as contribuições da intervenção psicanalítica nesses contextos. Embora haja uma vasta literatura sobre as teorias psicanalíticas que fundamentam a prática dos profissionais, observou-se uma lacuna na aplicação

desses princípios no atendimento da violência doméstica, especialmente em contexto público de saúde mental.

O objetivo geral deste trabalho é compreender os efeitos da abordagem psicanalítica na intervenção de casos com mulheres em situação de violência doméstica, destacando como as dinâmicas do inconsciente podem influenciar nesse processo. Para alcançar esse objetivo, os seguintes objetivos específicos foram delineados: identificar os diferentes tipos de violência doméstica; investigar, por meio da literatura, os impactos psicológicos produzidos nas mulheres envolvidas nessas situações; e analisar como os conceitos psicanalíticos de compulsão à repetição e responsabilização podem contribuir para o fortalecimento das mulheres e no enfrentamento das situações de violência que causam sofrimento.

A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória. A coleta de dados incluiu a leitura, triagem e fichamento de documentos, incluindo livros e períodos científicos selecionados a partir de critérios específicos. Os livros escolhidos tratam da temática da violência e conceitos psicanalíticos pertinentes. Os periódicos, por sua vez, foram selecionados com base em descritores relacionados à violência doméstica, saúde mental e psicanálise, com um recorte temporal dos últimos dezoito anos, correspondendo ao período posterior à promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

A revisão da literatura abrange a questão da violência doméstica contra mulheres, evidenciando sua incidência e variedade de formas. Além disso, aprofunda-se também nos impactos psicológicos, destacando a complexidade das consequências, incluindo diminuição da autonomia psíquica. A compulsão à repetição, discutida pela teoria psicanalítica, esclarece sobre as escolhas amorosas e os padrões recorrentes em relacionamentos abusivos, fundamentando a análise das dinâmicas inconscientes que permeiam esse contexto. A abordagem clínica, ao focar a responsabilização, ressalta a importância de as mulheres reconhecerem seu papel na construção das relações e enfrentarem a repetição de padrões.

2 A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS

2.1 Contextualização da violência e suas diversas faces

A incidência de agressões direcionadas às mulheres resulta em repercussões

de considerável magnitude e gravidade, cujo alcance transcende o desenvolvimento pleno e completo das mulheres. Essas consequências não apenas limitam a efetivação da cidadania e de seus direitos fundamentais, mas também imprimem impactos substanciais no avanço socioeconômico da nação como um todo.

De acordo com o último relatório divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), o Brasil figura como o quinto país com maior incidência de feminicídios, um dado alarmante que é respaldado pelo registro de mais de 230 mil casos de violência no âmbito doméstico, conforme reportado pelas autoridades policiais.

A pesquisa Data Senado (2024), em sua décima edição, aprofunda ainda mais essa preocupante realidade ao revelar que cerca de 30% das mulheres brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Neste contexto, é importante enfatizar que a agressão psicológica é indicada como a mais comum, seguida pelas formas moral, física, patrimonial e sexual.

Além dessas constatações, a pesquisa também aponta que três em cada dez brasileiras sofreram agressões perpetradas por homens. Ademais, essa pesquisa evidencia uma correlação significativa entre a condição socioeconômica desfavorecida e uma maior incidência de violência (Data Senado, 2024).

Segundo as observações de Bravo (1994), o fenômeno da violência de gênero não é mais um assunto circunscrito à esfera privada, tornando-se, em vez disso, uma questão social. A compreensão da violência no ambiente doméstico transcende o contexto contemporâneo e encontra raízes profundas nos valores culturais enraizados no machismo. Pontes e Neri (2007) evidenciam que ao longo da história da humanidade, as mulheres têm sido sistematicamente alvo de discriminação, subjugadas a uma condição de objeto, com seus direitos e desejos sendo restringidos pela influência de uma cultura impregnada de valores machistas.

Desde tempos ancestrais, a supremacia masculina tem prevalecido, não somente na esfera social, econômica e política, mas também no âmbito familiar, resultando em desequilíbrios de poder e na manutenção de relações pautadas pela dominação e submissão (Pontes e Neri, 2007).

Em consonância, Saffioti (2011) destaca que, à medida que a mulher era progressivamente desvalorizada e reduzida a ser tratada como objeto, seja na esfera sexual ou como força de trabalho doméstico, o homem passou a adotar uma postura

mais impositiva e inflexível. Esta dinâmica histórica oferece uma base sólida para a compreensão das origens da violência no âmbito doméstico.

No Brasil, durante o século XX, por meio dos movimentos feministas, as mulheres intensificaram seus esforços para promover a equidade de direitos e deveres, reivindicando as disparidades no tratamento entre os gêneros. Segundo Rodrigues e Côrtes (2006), a Constituição Federal representou um marco significativo na garantia dos direitos das mulheres ao estabelecer a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, conforme previsto no artigo 5º, inciso I. Além disso, afastou de maneira discreta, a noção de superioridade e liderança que anteriormente era atribuída aos homens nas relações conjugais, como evidenciado no artigo 226, parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988.

Outro acontecimento de extrema importância para as causas feministas foi a promulgação da Lei n.º 11.340 de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Conforme disposto no artigo 5º deste marco legislativo, a violência doméstica e familiar direcionada à mulher é definida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006, p.1).

Ressalta-se que esses diversos casos de abusos podem acontecer: no espaço doméstico, que abrange a convivência contínua de indivíduos, independente da existência dos vínculos parentais, incluindo pessoas ocasionalmente agregadas; no âmbito familiar, contemplando a comunidade constituída por indivíduos que se consideram parentes, sejam unidas por laços afetivos, naturais ou de forma voluntária; e quando há interação afetiva e/ou emocional próxima em que o agressor coabite ou tenha coabitado com a vítima, independentemente do convívio atual (Brasil, 2006). Essas diversas situações demonstram a amplitude e complexidade da violência e a necessidade de considerar diversos cenários ao lidar com essa problemática.

Além dos espaços supramencionados que podem ocorrer a violência, há ainda suas diferentes formas, descritas pela legislação de proteção contra a violência, no artigo 7º.:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões,

mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (LEI 11.340, 2006).

A violência que envolve agressão física se configura quando um indivíduo, que detém autoridade sobre outra pessoa, busca causar dano através da utilização da força física ou de instrumentos que possam resultar em lesões externas, internas ou ambas. Os atos de agressão também englobam práticas como imposição de castigos, tapas, empurrões, socos, mordidas, queimaduras, cortes, estrangulamentos, bem como forçar a ingestão de substâncias desnecessárias ou inadequadas (como drogas, fármacos, álcool), expulsar de casa à força, negligenciar cuidados, proteção e entre outros (Silva, et al., 2007).

O abuso psicológico, a princípio, se manifesta de forma gradual e silenciosa, tornando difícil sua identificação. No entanto, ao longo do tempo, esta forma de violência evolui em intensidade e consequências. Conforme Chagas (2020), frequentemente, as vítimas não percebem esse tipo de abuso, salientando a importância de uma maior atenção e sensibilidade por parte da sociedade como um todo. É possível notar essa modalidade de violência mediante tentativas de controle e manipulação dos comportamentos, relacionamentos e vestimentas das mulheres por parte do agressor (Silva, et al., 2007).

A violência envolvendo o abuso sexual pode ser compreendida como um exercício de poder por parte do agressor sobre a vítima, envolvendo tentativas ou atos sexuais, investidas ou comentários de teor sexual inadequados, realizados mediante ameaças e intimidações. Esta violência não apenas se caracteriza como uma agressão física, mas também provoca repercussões no bem-estar psicológico das mulheres (Delziovio, et al., 2017).

A coerção patrimonial, também conhecida como violência econômica, engloba ações ou omissões por parte do agressor que afetam diretamente a sobrevivência da vítima. Isso pode incluir o controle das finanças, o não pagamento da pensão alimentícia, a destruição de documentos e entre outros (Pereira, et, al, 2013). Enquanto que as condutas que violam a moral, estão associadas a acusações infundadas, críticas, exposições, difamação e desvalorização da mulher (Brasil, 2006).

Diante do exposto acerca da prevalência dos abusos direcionados às mulheres, torna-se indiscutível que as repercussões desse fenômeno extrapolam as fronteiras individuais, atingindo esferas sociais e econômicas significativas. A compreensão das múltiplas facetas da violência destaca a complexidade intrínseca desse problema, sublinhando a imperatividade de abordagens eficazes para enfrentá-lo de maneira abrangente.

2.2 Impactos psicológicos da violência doméstica

A agressão direcionada à mulher apresenta-se como uma questão abrangente, deixando marcas psicológicas profundas em mulheres de diferentes esferas sociais, variadas origens socioeconômicas e culturais. Este fenômeno, viola a dignidade da mulher, abala sua autoimagem e exerce uma influência prejudicial tanto em seu bem-estar quanto em sua interação social, conforme destacado por Mota e Silva (2019).

Além disso, essa violência compromete a sensação de segurança, prejudica o crescimento no âmbito profissional e pessoal, com especial impacto na autoestima das mulheres, resultando em sentimento de insegurança e fragilidade (Leôncio et al., 2008). Do mesmo modo, Ludermir (2008), afirma que a violência prejudica a autoimagem das mulheres expressivamente e a capacidade de lidar com a situação, alimentando, assim, o sentimento de inferioridade.

Outro aspecto relevante nessas situações é a desafiante tarefa que as mulheres enfrentam ao reconhecerem e confrontarem sua própria realidade, pois, conforme evidenciado por Hirigoyen (2006), a pessoa subjugada experimenta a perda do controle sobre seus pensamentos e desejos, submetendo-se às ideias e vontades dos agressores, resultado na diminuição da autonomia psíquica.

Nesse contexto, as vítimas frequentemente apresentam uma gama de sintomas psicológicos, tais como irritabilidade, pesadelos, insônia, hiporexia (falta de apetite), dificuldade de concentração, além de uma maior suscetibilidade a transtornos

mentais, incluindo a depressão, transtornos alimentares, ansiedade, estresse pós-traumático e entre outros. Ademais, comumente podem manifestar comportamentos autodestrutivos, como o consumo excessivo de drogas e álcool (Ludemir, 2008).

Além disso, Sousa e Oliveira (2002) destacam os diversos obstáculos enfrentados pelas mulheres na sociedade, que dificultam a saída de uma relação violenta e exercem um impacto significativo em seu bem-estar psicológico. Esses desafios incluem a baixa autoestima, a crença de que a violência é passageira e que os parceiros podem mudar, dificuldades financeiras, incertezas sobre a capacidade de viverem independentemente, o estigma associada ao divórcio, as barreiras para ingressar no âmbito laboral, o constrangimento de serem vistas como vítimas, a piedade em relação ao agressor e até mesmo os sentimentos de afeto e vínculo com ele.

Portanto diante dos impactos apresentados, torna-se evidente que a implementação de intervenções psicológicas eficazes é de suma importância. Essas intervenções não apenas buscam mitigar os sintomas psicológicos apresentados, mas também têm como objetivo auxiliar as mulheres a reconstruírem e ressignificar determinados aspectos de sua história de vida, para que assim possam desenvolver recursos de enfrentamento para lidar com as situações de violência.

3 REPETIÇÃO, IMPLICAÇÃO DO SUJEITO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

3.1 A compulsão à repetição e as escolhas amorosas

Conforme abordado pelo psicanalista Nasio (2013), no contexto clínico, uma das questões mais persistentes está relacionada às escolhas amorosas. Ele enfatiza que, apesar de indivíduos se esforçarem para refletir e analisar suas escolhas amorosas, buscando justificativas e relacioná-las ao seu passado, a mera reflexão consciente não constitui a base adequada, tampouco é suficiente para orientar essas decisões. Compreende-se que as escolhas, em sua grande maioria estão associadas à aspectos inconsciente, especificamente quanto à escolha de relacionamentos.

Nos estudos realizado por Freud (1912) em “A dinâmica da transferência” o autor discute sobre a influência dos conteúdos inconscientes, especialmente aqueles vivenciados na infância, na formação de padrões de escolhas amorosas e laços sociais de um indivíduo. Ele desta que, tanto características inatas quanto

experiências infantis moldam a maneira como a pessoa conduz suas relações interpessoais ao longo da vida. Nesse contexto, os padrões repetidos ao longo do tempo são reflexo dessas influências inconscientes, evidenciando a persistência da repetição como um fenômeno importante no funcionamento psíquico humano. Logo, torna-se imperativo considerar os conceitos do autor quanto à compulsão à repetição.

Segundo Nasio (2013) a compulsão é da ordem do inconsciente de cada indivíduo, que tende a repetir o passado traumático esquecido. O autor enfatiza a importância dessa dimensão psíquica, já que ela exerce influência intrínseca sobre as escolhas do sujeito, abarcando diversos aspectos, como as decisões amorosas, profissionais e entre outras.

Portanto, torna-se crucial aprofundar a observação, escuta e análise do inconsciente, não apenas nas circunstâncias que proporcionam prazer, mas também nas situações que evocam desprazer ou sofrimento, pois a compulsão à repetição pode manifestar-se em ambas condições (Nasio, 2013).

Como citado anteriormente, é difícil argumentar sobre a compulsão à repetição sem mencionar um dos precursores desse conceito. Freud (1914) em seu texto “Recordar, repetir e elaborar”, nos apresenta perspectivas fundamentais para a compreensão desse processo, como o esquecimento. Para o autor, o esquecimento das cenas, vivências ou manifestações, podem reduzir-se a um bloqueio e além disso, ele ainda argumenta que essas experiências podem de fato ter ocorrido, ou serem fonte apenas de suas fantasias, o que posteriormente ele descreve como realidade psíquica.

Ainda sobre essa obra, Freud irá apresentar que o indivíduo mesmo não lembrando do que foi esquecido ou recalcado, ele pode atuar a partir daquele conteúdo. Logo, ele não reproduz o esquecido como lembrança, mas sim como ato, repetindo sem encontrar meios que justifique tal repetição. Para esclarecer esse conceito, Freud diz que:

(...) o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico. Não se recorda de como chegou a um impotente e desesperado impasse em suas pesquisas sexuais infantis; mas produz uma massa de sonhos e associações confusas, queixa-se de que não consegue ter sucesso em nada e assevera estar fadado a nunca levar a cabo o que empreende. Não se recorda de ter-se envergonhado intensamente de certas atividades sexuais e de ter tido medo de elas serem descobertas; mas demonstra achar-se envergonhado do tratamento que agora empreendeu e tenta escondê-lo de todos. E assim por diante (Freud, 1914, p.4).

Em seus estudos para compreender sobre o fenômeno da compulsão à repetição, Freud (1912) descreve a natureza da compulsão existente na repetição. Para ele, os fatos traumáticos podem ser repetidos em forma de sonho, brincadeiras infantis, na vida dos neuróticos e ele começa a levantar indagações que motivassem o ego a repetir tais acontecimentos. Para o psicanalista, as situações traumáticas tendem a ser repetidas, mesmo diante de situações que ocasionam desprazer.

Em concordância, Moretto (2019) afirma que no processo de repetição, observa-se uma tentativa de resguardar o sujeito do sofrimento associado à representação do evento traumático inconsciente. Todavia, essa repetição, apesar de se manifestar como uma tentativa de defesa, também acarreta a angústia de reviver, ainda que de forma inconsciente, o retorno do conteúdo recalcado. Nessa perspectiva, o papel do psicanalista, ao investigar o funcionamento psíquico do indivíduo, busca desvelar o conteúdo do inconsciente com o intuito de tratar a angústia gerada pelo desconhecido do sujeito em relação a si mesmo.

Kegler e Macedo (2016) acreditam que Freud faz uma articulação entre a compreensão dos fatos e o funcionamento psíquico, pois a partir do momento que o indivíduo está frente a uma excitação exacerbada e o aparelho psíquico não consegue dar um significado e interpretar os sentimentos e sensações concebidas por essa excitação, podem se tornar uma situação traumática. E ainda conforme esses dois autores, essa articulação pode proporcionar uma oportunidade para a compulsão à repetição, posto que a ação de repetir, estaria tentando buscar um “sentido”, uma interpretação dos sentimentos e sensações, o que justificaria a repetição mesmo em situações que ocasionam sofrimento e/ou desprazer.

Do mesmo modo, Freud (1920) destaca a relação diretiva entre a compulsão à repetição e a satisfação pulsional. Para o autor, mesmo diante de circunstâncias dolorosas e desprazerosas, há uma satisfação pulsional, o que esclarece a possível explicação para a ocorrência e a perpetuação da compulsão à repetição.

No contexto clínico, Moretto (2019) discute a dinâmica da transferência, ressaltando a repetição durante o tratamento analítico. Através da associação livre realizada pelo paciente, o analista tem a oportunidade de identificar as recorrências originadas do determinismo psíquico do indivíduo.

Logo, destaca-se que a associação livre emerge como uma prática essencial para identificar as repetições. Essa abordagem serve como alicerce para todo o tratamento analítico, visando proporcionar ao paciente um espaço o qual ele possa

expressar-se livremente, sem receio de julgamentos, críticas, imposições externas ou direcionamentos pré-estabelecido. Tal liberdade promove o fluxo espontâneo e não coibido das ideias do paciente, contribuindo assim para o processo analítico (Zimerman,1999).

Assim, torna-se evidente que o cerne do tratamento analítico está no inconsciente, diferenciando-se das intervenções sociais ou de outras abordagens psicológicas. O objetivo é possibilitar que o paciente reconheça a presença de elementos inconscientes que exercem influência sobre os seus sintomas (Moretto, 2019).

Nos estudos realizados por Chagas (2020) sobre mulheres violentadas, fica evidente que, nos casos os quais a repetição se configura como sintoma, como expressão do inconsciente, torna-se imprescindível uma intervenção clínica atenta e eficaz. A autora salienta ainda que iniciativas voltadas para a conscientização sobre questões relacionadas à violência, podem ser benéficas para essas mulheres. No entanto, em muitas situações em que a repetição se revela como sintoma, a intervenção clínica demonstra-se essencial, visando facilitar a possível elaboração do trauma e o rompimento com o ciclo de violência.

Portanto, a reflexão sobre os conceitos apresentados destaca a complexidade das escolhas e a influência da compulsão à repetição. A compreensão de que as decisões amorosas são permeadas por aspectos inconscientes revela que a repetição de padrões pode não ser apenas uma busca cega por familiaridade, mas também uma tentativa inconsciente de atribuir significado e coerência às experiências carregadas. Isso ressalta a importância de uma exploração profunda do inconsciente no contexto clínico, proporcionando ao sujeito a oportunidade de compreender e transformar tais padrões.

3.2 Responsabilização: um caminho para re(construir) uma nova história

Como supramencionado compreende-se que frequentemente as escolhas são influenciadas pelo desejo inconsciente. As teorias psicanalíticas destacam a vastidão do inconsciente e suas implicações. Nesse sentido, Scotti (2013) afirma que a humanidade encontra-se alheia a essa esfera oculta, logo, não detém o controle pleno sobre seu mundo psíquico. Consequentemente, essa lacuna de conhecimento torna-

nos suscetíveis a incoerências e enganos no que diz respeito às nossas escolhas e decisões.

Conforme apontado por Hoffman (2005), é fundamental que o indivíduo assuma a responsabilidade por seu inconsciente e, por conseguinte, pelas decisões que dele derivam. Em concordância com essa perspectiva, Scotti (2013) enfatiza que cada pessoa é responsável de seus próprios desejos e escolhas, mesmo que sejam da ordem do inconsciente, pois essa instância constitui parte fundamental da identidade e essência dos sujeitos.

Segundo as observações de Chagas (2020), é comum que as pessoas relacionem a origem de sua dor, sofrimento ou qualquer ação danosa a outros, externalizando a causa e, por conseguinte, se eximindo da responsabilidade por suas próprias escolhas. Paralelamente, Moretto (2019) destaca a relevância de o sujeito questionar-se e implicar-se no processo de reconhecimento da responsabilização pelos conteúdos desconhecidos do inconsciente.

Na experiência clínica, o sentimento de culpa é um fator muito frequente em relação às circunstâncias que vivenciaram. Esse sentimento leva as mulheres a se perceberem como erradas e transgressoras, tornando assim mais desafiador saírem dessa posição. A culpa é acompanhada por um desconforto emocional significativo, caracterizado pelo sentimento de fracasso, o que, por sua vez, tende a resultar em bloqueio e paralisção, o que influencia na capacidade da mulher tomar medidas apropriadas (Chagas, 2020).

Nesse contexto, ainda segundo a autora, é primordial que os psicólogos adotem uma abordagem cautelosa, isso porque há o risco de reforçar um estado de satisfação já estabelecido na dinâmica psíquica de muitas mulheres, contribuindo assim para o afastamento da responsabilização. Quando o sujeito não mais tende a culpabilizar o outro e deixa de se posicionar como vítima, abre espaço para desenvolver novos papéis diante das relações sociais. Nesse sentido, essa desvinculação entre culpa e responsabilidade, indica uma oportunidade de reflexão e impulsionamento que auxilia na transformação de suas histórias de vida futuras (Chagas, 2020).

Em consonância, Elia (2016) enfatiza a importância da responsabilidade do profissional no contexto clínico, ressaltando que o desempenho cuidadoso desse profissional é crucial para o sucesso do tratamento e a capacidade do paciente de assumir sua própria responsabilidade. O autor adverte que os profissionais devem

evitar adotar uma abordagem excessivamente permissiva, posto que a permissividade pode facilitar a evasão da responsabilidade pelo paciente.

Para Mota (2019) a abordagem clínica psicanalítica proporciona à mulher a capacidade de alterar sua perspectiva discursiva quando se refere à recorrência em contextos de violência. Nesse sentido, a mulher transcende o papel de um elemento passivo na cena de um evento e assume a posição subjetiva de protagonista de uma experiência, incorporando o evento em sua narrativa como parte de sua trajetória pessoal.

Segundo Chagas (2020), ao atender mulheres que vivenciam violência, o papel do psicanalista diferencia-se dos psicólogos de outra abordagem. Sustenta ainda que, mesmo que os psicólogos trabalhem na vertente do imaginário, explorando e conferindo significado aos eventos traumáticos, é fundamental considerar a recorrência da violência como dado clínico, que atravessada pelo funcionamento inconsciente de uma mulher, possa ser minuciosamente analisado.

A direção do tratamento analítico, está na implicação do sujeito na sua própria sintomatologia (Freud, 1914). Ele constatou que era necessário que os pacientes entrassem em contato com suas próprias queixas. Logo, origina-se a famosa indagação do psicanalista “qual a sua responsabilidade na desordem da qual se queixa? Nesse sentido, isso possibilita que a mulher em contexto de violência possa atribuir um significado próprio à repetição da violência, encontrando um significado e sentido singular para o ocorrido em sua história.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 A violência contra a mulher como problema social

Para iniciar esta discussão, é imprescindível ancorar-se na revisão de literatura apresentada, a qual proporciona um fundamento robusto para compreender a realidade alarmante de incidência de agressões direcionadas às mulheres. Dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) corroboram essa preocupante situação, revelando a ocorrência de 245.713 casos de agressões em contexto doméstico. A cada 10 mulheres vítimas de homicídio, 7 foram mortas dentro de casa. Esses números ilustram a extensão e a gravidade da violência dirigida à mulher no âmbito doméstico na sociedade brasileira.

Compreende-se que a incidência de agressões contra as mulheres não é somente uma questão de segurança pública, mas um indicador de desigualdade estrutural profundamente enraizada em nossa sociedade, tornando-se uma questão de domínio público e social, conforme apontado por Bravo (1994). Essa perspectiva sublinha a importância de compreender as raízes culturais e sociais que permeiam essa temática, ao invés de simplesmente considerá-la como eventos isolados.

O machismo arraigado na sociedade brasileira contribui para a manutenção de desequilíbrios de poder e para a perpetuação de relações baseadas na dominação e submissão. Autores como Saffioti (2011) e Pontes e Neri (2007), corroboram com essa visão ao evidenciar que as mulheres têm sido historicamente alvo de discriminação e opressão, devido a influência de uma cultura enraizada de valores machistas. Essa cultura perpetua a ideia da supremacia masculina em diversos aspectos da vida, incluindo esferas sociais, políticas e familiares.

Com base nesse entendimento, torna-se evidente que as mulheres frequentemente se deparam com desafios significativos ao lidar com situações de agressão, muitas vezes assumindo papéis de opressão e inferioridade. Em algumas instâncias, elas podem enfrentar dificuldades em reconhecer a gravidade da situação em que estão inseridas. Em outros casos, mesmo quando reconhecem o abuso, muitas hesitam em deixar a relação abusiva, receosas de não conseguirem sustentar a si mesma e suas famílias, temendo também o estigma social associado a serem vistas como vítimas de violência (Sousa e Oliveira, 2002).

É crucial destacar os avanços conquistados por meio dos marcos legislativos como a Constituição Federal de 1988, e pelo ativismo dos movimentos feministas. Além disso, destaca-se a Lei Maria da Penha de 2006, que proporcionou uma definição abrangente para a violência doméstica, transcendendo as agressões físicas e abarcando todas as formas de abuso. Tais iniciativas representaram progressos significativos na consolidação dos direitos das mulheres e na luta contra a violência (Rodrigues e Côrtes, 2006).

A promulgação da Lei de 2006 representou um marco crucial na evolução da compreensão sobre as múltiplas formas de agressões enfrentados pelas mulheres. Com frequência, elas eram vítimas de formas de agressão que não eram devidamente reconhecidas ou categorizadas, o que tornava desafiador identificar esses abusos e buscar as medidas necessárias para enfrentá-los. No entanto, diante das evidências apresentadas neste estudo, torna-se inegável que, apesar dos avanços legislativos e

dos esforços das ativistas, os índices de violência ainda permanecem alarmante em nosso país, posto que o Brasil ocupa uma das posições mais altas no ranking de feminicídio a nível mundial.

Alguns autores como Silva (2007) e Delziovo (2017), destacam a importância de compreender e identificar as diversas manifestações das agressões em contexto doméstico. Essa compreensão é crucial, pois frequentemente as pessoas restringem sua definição apenas a atos físicos que resultam em danos corporais visíveis. Contudo, a violência doméstica engloba uma vasta gama de comportamentos prejudiciais, incluindo outros tipos agressões, conforme apresentado nesse trabalho. A negligência em reconhecer e abordar essas diversas vertentes pode perpetuar o ciclo de abuso e comprometer a capacidade de atender às necessidades e direitos das mulheres agredidas.

4.2 Perspectivas psicanalíticas na intervenção com mulheres em situação de violência doméstica: uma análise das contribuições teóricas

A violência dirigida às mulheres transcende as lesões físicas observáveis, a qual gera impactos psicológicos significativos. Conforme ressaltado por Mota e Silva (2019), essa forma de violência não apenas viola a dignidade das mulheres, mas também repercute em sua autoimagem e influencia negativamente suas relações interpessoais.

As implicações psicológicas resultantes dessas agressões podem se manifestar de várias formas, incluindo sentimentos de insegurança, fragilidade e inferioridade. Acrescenta-se ainda alterações no humor, sono, apetite, além de apresentar uma maior suscetibilidade a transtornos mentais (Ludemir, 2008).

Além disso, no enfrentamento da realidade por parte das mulheres inseridas nesse contexto, evidencia-se uma série de desafios substanciais. Frequentemente, essas mulheres encontram-se em uma posição de subjugação, caracterizada pela gradual perda de controle sobre seus próprios desejos e pensamentos, cedendo às vontades dos agressores. Este processo de subjugação implica não apenas em uma diminuição da autonomia psíquica, mas também exerce influência direta no processo de rompimento com o ciclo de violência (Hirigoyen, 2006).

Nesse contexto, emerge a relevância do presente estudo que visa discutir de que maneira a abordagem psicanalítica pode oferecer contribuições para a

intervenção junto às mulheres que vivenciam violência doméstica. Partindo desse pressuposto, questões cruciais se delineiam: como essas mulheres podem confrontar sua realidade e tentar realizar mudanças quanto suas posições psíquicas? Como podem realizar mudanças para favorecer o rompimento dos abusos enfrentados? A reflexão sobre esses questionamentos se revela fundamental para orientar práticas de intervenção psicológica mais eficazes e centradas nas necessidades singulares dessas mulheres.

Antes de adentrarmos nos aspectos que podem proporcionar um maior domínio da autonomia psíquica para auxiliar no enfrentamento das situações de violência vivenciada pelas mulheres, é fundamental compreender alguns conceitos psicanalíticos que podem orientar a intervenção desses casos.

Ao revisar os estudos apresentados, Freud (1914) e Nasio (2013) revelam uma convergência de ideias quanto às dinâmicas subjacentes às escolhas amorosas e aos padrões de repetição. Ambos os autores destacam a relação entre esses aspectos e o funcionamento psíquico humano. Suas análises sugerem que as escolhas emocionais e os comportamentos repetitivos estão baseadas nas dinâmicas do inconsciente. Essa compreensão esclarece sobre a complexidade das interações entre passado e presente na formação das relações interpessoais e na manifestação de padrões repetitivos.

Frequentemente, muitos indivíduos, inclusive as mulheres que enfrentam situações de violência, buscam entender os motivos por trás de suas escolhas. Muitas vezes, essa busca por explicações racionais revela-se infrutífera, uma vez que nossas decisões são frequentemente influenciadas por aspectos inconscientes, como destacado por Freud (1912). O autor ressalta que esses conteúdos, especialmente os vivenciados na infância, exercem uma poderosa influência na formação de padrões de relacionamento ao longo da vida.

Em consonância com essa perspectiva, Nasio (2013), além de salientar a influência dos aspectos inconsciente – especialmente no que se refere às escolhas relacionadas aos vínculos amorosos –, acrescenta ainda que, a simples reflexão consciente muitas vezes não é suficiente para orientar as decisões dos indivíduos.

Outro aspecto relevante de ser discutido, diz respeito a compulsão à repetição. Conforme delineado por Freud (1914) as experiências traumáticas passadas podem ressurgir de forma repetitiva, mesmo que o indivíduo não esteja consciente delas. O autor argumenta que o esquecimento desses eventos não implica em sua eliminação,

mas sim em seu bloqueio no inconsciente, podendo influenciar no comportamento e nas escolhas do sujeito. Isso sugere que a repetição não é meramente uma lembrança do passado, mas um ato que se repete sem uma compreensão consciente de sua origem.

Há também uma relação diretiva entre a compulsão à repetição e a satisfação pulsional. Autores como Freud (1920), Kegler e Macedo (2016) argumentam que, mesmo diante de circunstâncias desagradáveis, há uma busca por essa satisfação – a qual vale destacar que é da ordem do inconsciente –, o que poderia justificar a persistência da repetição ao longo do tempo.

Além disso, Kegler e Macedo (2016) adicionam outra camada a essa discussão, ao destacar a relação entre a compreensão dos fatos e o funcionamento psíquico. Eles sugerem que quando um indivíduo se depara com uma excitação exacerbada e o aparelho psíquico não consegue interpretar e dar sentido a esses sentimentos e sensações, isso pode resultar em uma situação traumática. Nesse contexto, a repetição surge como uma tentativa de buscar um sentido ou interpretação para esses eventos, ainda que isso ocorra em situações que acarretem sofrimento ou desprazer.

Isso ressalta a complexidade da compulsão à repetição, sugerindo que ela pode surgir como uma tentativa inconsciente de atribuir significado a experiências emocionais intensas e, assim, lidar com elas de maneira mais adaptativa. Isso salienta a importância de considerar não apenas os eventos em si, mas também como o sujeito interpreta e processa as experiências vivenciadas, considerando a singularidade de cada sujeito.

Ademais, sugere-se que a repetição pode ser entendida como um recurso inconsciente para tentar integrar essas experiências à estrutura psíquica do indivíduo, mesmo que isso resulte em padrões repetitivos que perpetuam o sofrimento.

Nesse sentido, ao contextualizarmos essas perspectiva com o fenômeno do ciclo da violência, identificamos fundamentos por meio das teorias psicanalíticas, que potencialmente explicam a permanência de muitas mulheres em relacionamentos abusivos e a dificuldade que enfrentam para reconhecer seus padrões repetitivos e escolhas.

Diante desse contexto, surge a indagação: quais são as contribuições teóricas da psicanálise na intervenção com mulheres em situação de violência? Para responder a esse questionamento, é fundamental reconhecer a repetição como um dado clínico a ser investigado (Chagas, 2020). É essencial, pensarmos a experiência

individual de cada mulher como única e singular, ainda que a violência apresente-se como um fenômeno comum na história de vida dessas mulheres.

No contexto clínico, conforme apontado pela autora, frequentemente depararmos com a repetição da violência, o que enfatiza a importância de uma investigação detalhada sobre sua manifestação. Nesse sentido, torna-se fundamental entender se essa repetição se limita ao atual parceiro ou outro membro familiar, ou se é algo que já foi experimentado em relações anteriores. Além disso, é relevante identificar se a violência se circunscreve apenas no âmbito conjugal ou se transcende outras esferas, como o ambiente de trabalho ou círculos sociais.

É igualmente crucial examinar se esse comportamento violento é um fenômeno novo na história familiar da mulher ou se reflete uma dinâmica já presente em gerações passadas. Essas considerações não apenas buscam entender a prevalência desse fenômeno, mas também lançam dúvidas sobre sua natureza, questionando se a violência pode ser considerada como “regra” ou “exceção” nos padrões de relacionamentos da mulher atendida (Chagas, 2020).

Como discutido anteriormente, a repetição do analisando tende a se manifestar através da relação transferencial estabelecida com o analista. Essa repetição se evidencia por meio de atos ou associações livres realizadas pelo paciente. É nessa relação que o tratamento se direciona, com o papel do analista sendo o de facilitar o acesso do paciente aos seus conteúdos inconscientes (Moretto, 2019). Isso possibilita que o paciente caminhe em direção a uma mudança em sua posição psíquica, elabore possíveis traumas e, assim, busque romper com a situação de violência.

Para que essa mudança possa se concretizar, conforme preconizado pela perspectiva psicanalítica, é crucial que as mulheres se impliquem em suas próprias histórias de vida. No entanto, o que exatamente significa “se implicar em sua própria história”?

Como salientado por Scotti (2013) e Hoffman (2005), existe uma relação entre as escolhas, o inconsciente e a responsabilização. Esses autores evidenciam a influência do desejo inconsciente nas escolhas humanas, apontando para a complexidade do nosso mundo psíquico, muitas vezes desconhecido e incontrolável. Essa perspectiva realça a relevância de assumir a responsabilidade por nossos próprios desejos e decisões, ainda que estes sejam da ordem do inconsciente, conforme defendido por Scotti (2013).

Conforme argumentado por Chagas (2020), o processo de responsabilização, assim como diversos aspectos explorados pela psicanálise, ocorre de maneira singular e única para cada indivíduo. Algumas mulheres, ao entrar em contato com conteúdos inconscientes, conseguem atribuir significados aos eventos traumáticos, adquirir compreensão sobre aspectos que antes lhe eram desconhecidos e se retificar subjetivamente. No entanto, outras mulheres enfrentam obstáculos significativos, como é o caso da culpa.

A autora, traz uma perspectiva interessante ao argumentar a culpa como um fator significativo no contexto das relações abusivas. Muitas vezes as mulheres internalizam a culpa, o que dificulta saída dessa situação. Além disso, exerce influência também na implicação do sujeito. A psicanalista Chagas (2020), destaca a necessidade de os profissionais adotarem uma abordagem acolhedora, mas também cautelosa, evitando reforçar um estado de satisfação já estabelecido na dinâmica psíquica dessas mulheres. É crucial desvincular a culpa da responsabilidade, abrindo espaço para reflexão e transformação das narrativas singulares dessas mulheres.

Em consonância, Elia (2016) também salienta que o profissional no contexto clínico, deve se alertar para os perigos da permissividade excessiva, que pode impedir o paciente de assumir responsabilidade daquilo que queixa. O cuidado e a cautela na abordagem clínica são fundamentais para possibilitar ao paciente uma nova perspectiva discursiva e uma posição subjetiva de protagonista de sua própria história (Mota, 2019).

Com base nas reflexões apresentadas, torna-se evidente o papel essencial da abordagem psicanalítica na intervenção de casos com mulheres vítimas de violência doméstica. Durante o tratamento, é fundamental que o profissional ofereça um ambiente acolhedor e livre de julgamentos, promovendo uma escuta ativa e qualificada, permitindo que a mulher possa entrar em contato e apropriar-se de determinados conteúdos desconhecidos do seu inconsciente, relevantes para o seu processo.

Além disso, é importante ressaltar que o analista deve considerar a repetição como um dado clínico significativo que irá auxiliar durante o tratamento. A possível implicação do sujeito, apresenta-se como uma oportunidade para possível mudança de posição subjetiva da paciente. Se as mulheres que vivenciam a violência, conseguirem, por meio das intervenções psicanalíticas, se responsabilizarem pelo seu

inconsciente, estarão gradualmente trilhando o caminho em direção ao rompimento do ciclo de violência e à reconstrução de suas histórias de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral, compreender as contribuições teóricas da psicanálise na intervenção de casos com mulheres em situação de violência doméstica. A análise da literatura revelou a complexidade e a gravidade desse fenômeno social, transcendendo as agressões físicas observáveis e engendrando impactos psicológicos significativos nas mulheres afetadas, reverberando em todas as esferas de suas vidas.

Desta forma, este estudo nos conduz a uma reflexão sobre a necessidade de intervenções psicológicas eficazes para atenuar o sofrimento das mulheres envolvidas nesse cenário complexo. Além de observar como a teoria psicanalítica nos proporciona uma compreensão mais minuciosa dos fenômenos psicológicos, desde a análise das dinâmicas inconscientes que influenciam nossas escolhas amorosas até a compreensão da repetição como um fenômeno clínico de grande relevância.

Ao abordar os conceitos psicanalíticos percebo a importância de refletir sobre as complexidades da psique humana e suas interações. Além disso, destaca-se também a relevância do processo de responsabilização, sendo este uma via crucial para permitir as mulheres a reconstruir suas histórias de vida, encontrar novos significados e elaborar possíveis traumas, na busca de favorecer o rompimento com o ciclo de violência. Logo, entende-se que ao entrar em contato com o desconhecido, a apropriação de determinado aspectos do inconsciente, pode manifestar-se como um caminho para retificação subjetiva e consequentemente uma mudança em suas narrativas e escolhas de vida.

Acredito que a singularidade deste trabalho reside na associação estabelecida entre alguns conceitos psicanalíticos, que fundamentam as práticas de intervenção, e a complexidade do fenômeno da violência doméstica. Embora existam diversos estudos que abordem a teoria psicanalítica, é notável a escassez de estudos que explorem a interseção dessas duas temáticas.

No entanto, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa. A discussão se concentrou apenas em alguns conceitos da abordagem psicanalítica, deixando de abordar outros conceitos e fundamentos que também podem contribuir na orientação

dos estudos sobre a intervenção com mulheres inseridas nesse contexto. Portanto, há uma necessidade urgente de realizar mais pesquisas que discutam essas outras perspectivas, com o propósito de enriquecer e aprimorar as práticas de atendimentos.

Além disso, para futuras pesquisas, sugiro a produção de estudos de campo que investiguem a correlação entre os conceitos teóricos abordados neste trabalho e sua aplicação na prática. Um estudo dessa natureza poderia envolver uma análise de casos reais de mulheres violentadas, examinando como os princípios psicanalíticos e a compreensão das dinâmicas do inconsciente de diferentes sujeitos são empregados nas intervenções psicológicas.

Por fim, este estudo visa ampliar o conhecimento sobre a complexidade da violência doméstica e as possíveis intervenções fundamentadas pela psicanálise. Ao oferecer uma base teórica sólida, busca-se fornecer subsídios valiosos não apenas para profissionais já engajados nessa área, mas também para pesquisadores interessados em compreender mais profundamente esse fenômeno social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 28 de out. de 2023.

BRASÍLIA. Instituto de Pesquisa Datasenado. Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher, 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/interativo.html#comparativo-nacional-de-viol%C3%Aancia-contra-a-mulher. Acesso em: 08 de mar. de 2024.

BRAVO, Martínéz. **Incesto y violación**: características, implicaciones y líneas terapéuticas del abuso sexual. Chile: Academia, 1994.

CHAGAS, Luciana Ferreira. **O ciclo da violência**: psicanálise, repetição e políticas públicas. São Paulo: Editora Dialética, 2020.

DELZIOVO, Carmem Regina et al. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Florianópolis, v. 33, n. 6, p. 1-13, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9J3yWXppckmWqpZMqvZ7ZcC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

ELIA, Luciano. Responsabilidade do sujeito e responsabilidade do cuidado no campo da saúde mental. **Academus Revista Científica da Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 2016.

FREUD, S. (1912). **A dinâmica da transferência**. In: Obras completas.V. 12. Rio de Janeiro: Imago; 1996. p. 109-119.

FREUD, S. (1914). **Recordar, repetir e elaborar**. In: Obras completas.V. 12. Rio de Janeiro: Imago; 1996. P. 59-171.

FREUD, S. (1920). **Além do Princípio do Prazer**. In Obras completas. V.18. Rio de Janeiro: Imago; 1996. p. 13-72

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 16º **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 02/02/2024

HIRIGOYEN, Marie. **A Violência no Casal**: Da Coação Psicológica à Agressão Física. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

HOFFMANN, Christian. 'Eu' devo assumir a responsabilidade do inconsciente. **Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 41-46, jan.

2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/g8s3NDpkjxczVFtCfSypLRm/>. Acesso em: 10 out. 2023

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Cartilha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Projeto Contexto: Educação, Gênero, Emancipação. Plataforma Educação Marco Zero. Fortaleza, 2018.

KEGLER, Paula; MACEDO, Mônica. Narrativas do excesso: a potencialidade da palavra em psicanálise. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 171-190, jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382016000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2023.

LEÔNICIO, Karla Lima et al. O perfil das mulheres vitimizadas e seus agressores. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 16, p. 307-312, 2008. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/pdf/reuerj/v16n3/v16n3a02.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Recife, v. 18, n. 3, p. 451-467, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/VDqwQWys6Jyvf6z6DdcbHtq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

MONTEIRO, Claudete; SOUZA, Ivis. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 26-31, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/3f9LYtJbg9XJWLZZ3QXmgtg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2023.

MORETTO, Maria Lívia Tourinho. **O que pode um analista no hospital?** 3.ed. São Paulo: Artesã Editora, 2019.

MOTA, Silvana; SILVA, Osvaldo. Violência doméstica e suas consequências psicoemocionais. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, Boa Vista, v. 2, n. 3, p. 104-113, 28 jul. 2019. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/387/194. Acesso em: 05 out. 2023.

NASIO, Juan David. **Porque repetimos os mesmos erros**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PEREIRA, Rita; LORETO, Maria; TEIXEIRA, Karla; SOUSA, Júnia. O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 24, n. 1, p. 206-235, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3653>. Acesso em: 7 out. 2023.

PONTES, Ana; NERI, Juliana. Violência doméstica: evolução histórica e aspectos processuais no âmbito da lei 11.340/2006. **Revista Jurídica da FA7**, v. 4, n. 1, p. 201-214, 30 abr. 2007.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Láris. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Brasília: Letras Livres, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2. ed, 2011.

SILVA, Luciana Lemos et al. Violência silenciosa: violência psicológica como condição de violência doméstica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/>. Acesso em: 01 out. 2023.

SCOTTI, Sérgio. Psicanálise: Uma Ética do Desejo. **Revista de Psicologia**, [S.l.], v. 3 n. 2, p. 56-60, jul./dez, 2013.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1999.